

# Editorial

A Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal (RDPDF) apresenta o terceiro número de 2022, composto por artigos que se debruçaram sobre o dossiê temático “Classe, raça e gênero: (re)pensando o sistema de justiça a partir das desigualdades e dificuldades de grupos socialmente vulnerabilizados”.

Cabe assinalar, inicialmente, que a Revista da DPDF foi estratificada, pela primeira vez, no Qualis Periódicos Científicos, obtendo o B1. No âmbito das Revistas gestadas por defensorias públicas, ela é a segunda melhor estratificada. E, entre esses periódicos, uma das mais recentes. Isso diz muito a respeito do trabalho, comprometimento e seriedade que, desde o início, marcam esse periódico e a busca por reflexões jurídicas críticas e que ampliem as concepções e atuações do órgão defensorial. Indiscutivelmente, iremos relembrar de 2019, de seu primeiro número e dos obstáculos que foram necessários ultrapassar para manter a continuidade e a qualidade do periódico. O que poderia ser motivo de orgulho é, mais do que isso, um sinal da necessidade de manter-se o comprometimento e os esforços para garantir a produção acadêmico-crítica de qualidade, voltada para discussões atuais e necessárias, como a que ampara este número.

A pretensão inicial deste número, que encerra o quarto volume, foi suscitar debates e produção acadêmica que se volte para a análise das influências, estruturais e estruturantes, da classe, raça e gênero no sistema de justiça, o que impacta diretamente no sistema de justiça, na justiça a que se tem acesso e à justiça que efetivamente se apresenta. Esse é um ponto central nas análises que se voltam para grupos socialmente vulnerabilizados.

Não há como se analisar os reflexos dessas categorias nos presídios, no distanciamento entre aqueles que são efetivamente capturados e punidos, enquanto pertencentes a classes sociais menos abastadas, à cor negra, ao gênero masculino, destoando da população que compõe o país. A criminalidade de rua, consubstanciada, principalmente, por delitos de roubo, furto, receptação e tráfico de drogas sem violência, preenchem as fileiras de nossos presídios, juntamente com o grande número de presos provisórios, tracejando uma característica desses estabelecimentos no controle social dos excluídos. O aumento considerável da população em situação de rua, com

carências relevantes para assegurar o mínimo essencial, com insegurança alimentar, física, psicológica, contrasta com o enriquecimento de pouquíssimos brasileiros, alçados à figura de bilionários. A persistência das agressões e diminuições contra as mulheres realça os caracteres machistas que ainda permeiam nossa sociedade, justificando o injustificável como lesões e mortes na defesa de uma fragilizada e insegura honra. E as violações a trabalhadores, mesmo quando até essa característica lhes é negada, como no abjeto delito de escravidão moderna (para nosso Código Penal, redução à condição análoga de escravo), na busca de um lucro que atropela sonhos e necessidades, fiando-se na exploração máxima e nas aberturas legais para práticas empresariais reprováveis.

Os textos que compõe esse número trabalharam tais temáticas sob diversos vieses, propiciando uma leitura ampla de fenômenos que interagem entre si e que nos desafiam, nessas conformações excludentes, para assegurar o acesso a direitos e proteção contra ilegalidades dos mais vulnerabilizados.

Ana Claudia da Silva Abreu, em *Violência contra mulheres indígenas: feminismo comunitário e o território-corpo como forma de resistência*, irá, a partir de uma abordagem do feminismo decolonial, visibilizar as diversas formas de violência a que são submetidas mulheres indígenas, como projeto de dominação colonial, racista e de desterritorialização das comunidades, que remetem à luta dos povos originários por território e recursos naturais, pugnando por um esforço comunitário para o enfrentamento efetivo a essa violência.

Em *Reflexões sobre as consequências das decisões judiciais não fundamentas*, Guilherme Gomes Vieira discorre sobre as consequências de uma decisão judicial não fundamentada, no âmbito da teoria das nulidades, com enfoque em aspectos pragmáticos.

Claudia Vieira Maciel de Sousa, em *O fundamento e a relevância das medidas de proteção social nas audiências de custódia*, pretende debater o fundamento legal/jurídico para a adoção de medidas de proteção nas audiências de custódia, como medida de promoção de proteção social e efetiva defesa de direitos humanos.

Debater a pobreza, enquanto realidade que não autoriza o acolhimento institucional de crianças e adolescentes, é a proposta do artigo de Rafaela Ventura Gomes, *Pobreza (não) é motivo de acolhimento: um panorama do acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Distrito Federal*. A partir de pesquisa empírica, ela indica que a maioria das crianças e adolescentes acolhidos, no Distrito Federal, é de família pobre, existindo uma correlação entre pobreza, acolhimento institucional e vulnerabilidade social, o que aponta para a fragilidade do Poder Pública na efetiva tutela dessas famílias, que afeta sensivelmente as políticas sociais.

Em *Interseccionalidades, violência sexual e o acesso ao aborto legal*, Shyrlene Nunes Brandão, Alexandra de Souza Trivelino e Karolaine dos Santos discutem o aborto, enquanto pauta de direitos humanos das mulheres e de saúde pública, e da necessidade de serem implementados avanços para a efetiva construção de uma cultura de cuidado em saúde naqueles casos de gestação fruto de violência sexual.

São leituras que permitem a abertura de olhares e reflexões sobre temas que, de uma forma ou de outra, apontam para a interseccionalidade entre raça, classe e gênero, demandando, da mesma forma, articulações do sistema de justiça e da própria comunidade para a diminuição dos preconceitos, ilegalidades e desigualdades.

A *Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal* agradece, portanto, a todos(as) que nos auxiliaram em 2022, permitindo a consecução de seus objetivos e o enriquecimento teórico, acadêmico e prática da comunidade jurídica, diante de valorosos e primorosos trabalhos submetidos.

Tenham uma boa leitura!

*Alberto Carvalho Amaral*

*Editor-chefe*

*Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal*